



Um governo na floresta: Política, mito e história no Acre contemporâneo.

São Paulo: Baraúna, 2010.
400 p.

Nilton Euclides da Silva

Fabio Mascaro Querido¹

Muito além de um conjunto bruto de fatos objetivamente verificáveis, o passado apresenta-se ao presente como um objeto em disputa, lócus de narrativas múltiplas, permeadas pelas lutas e interesses antagônicos que estão em jogo em todo processo de rememoração. Entrelaçando imaginário e história, o passado (ou alguma interpretação dele) torna-se um combustível simbólico de projetos sociais e políticos do presente, “atualizando-se” conforme as demandas dos atores imersos naquilo que Walter Benjamin denominava “tempo-de-agora”. E, em um território como o estado do Acre, cuja formação histórica singular é conhecida, tais “constelações” entre passado e presente tornam-se ainda mais frequentes e socialmente relevantes, na medida em que refletem a necessidade de reinterpretação permanente das raízes de uma sociedade que continua a se (autodefinir) no presente.

É o que demonstra Nilton Euclides da Silva, em *Um governo na floresta: política, mito e história no Acre contemporâneo*, originalmente tese de doutorado em Ciências Sociais defendida na PUC-SP. Se o objetivo central do livro é analisar a atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir do final da década de 1990, como força hegemônica na política estadual acriana, segundo diz a professora Vera Chaia (PUC-SP) em sua boa apresentação, Nilton da Silva recupera, para tanto, as especificidades da história política e do povo do Acre, destacando sua pluralidade e, mais importante, sua irreducibilidade à instrumentalização pelos

projetos de poder vigentes – tal como se vê na primeira (e talvez mais interessante) das três partes em que se divide o livro.

Para efetuar a análise do discurso de poder do autodenominado “governo da floresta”, cujo crescimento político-eleitoral – centrado nas figuras dos irmãos Jorge e Tião Viana – é tributário da nova vaga de lutas sociais contra o avanço do latifúndio agropecuário na região (que teve no assassinato de Chico Mendes, em 1988, seu momento emblemático)², Nilton da Silva reconstituiu uma longa trama marcada por conflitos, disputas e enfrentamentos que permearam toda a história acriana, em especial dos povos que fizeram, da floresta amazônica, seu lugar de vida e de sobrevivência. Com isso, contrapõe à apropriação apaziguadora e meramente discursiva do passado acriano por parte do governo petista (que se apresentava, à época, como novidade política frente às velhas elites oligárquicas) outra concepção da história dos povos da floresta, demarcando a atualidade de uma resistência que, no passado e no presente, ousou questionar o avanço aparentemente inexorável dos interesses do capital.

Com essa nova percepção do passado das populações das florestas, Nilton assenta as bases de uma crítica radical da forma por meio da qual o governo estadual petista restituiu o imaginário das populações autóctones, a fim de legitimar seu projeto de poder no presente. “Flertando com variáveis que vão do populismo à oligarquia, passando por uma espécie de ‘estética da floresta’ e uma ideia de ‘identidade do povo acriano’, legitimaram-se processos cada vez mais intensos de dominação e controle” (p. 28). Novos e velhos “heróis” foram chamados a participar de uma pretensa nova era da política acriana, na qual as barbáries do passado ressurgiram como orgulho identitário no presente: “Os conquistadores, na figura de soldados, seringueiros, mercadores e políticos, constituem o imaginário de um passado heroico do ‘povo acriano’ insistentemente resgatado nos oito anos do governo do Partido dos Trabalhadores” (p. 38).

A faceta violenta e destrutiva da história acriana, quando não simplesmente ocultada, aparece agora associada “a uma promessa de futuro com poucas chances de se materializar”, na medida em que “desembocam sempre em uma proposta impossível de ‘convivência pacífica’ entre os ‘povos da floresta’ e os interesses do mercado globalizado” (p. 115), conforme o discurso modernizador e “progressista” adotado pela imensa coligação de partidos da Frente Popular encabeçada pelo PT. Alimentada por uma verdadeira “fantasia discursiva”, a estrutura de poder levada a cabo pelo governo petista, ao projetar o resgate do sonho de viver a utopia, “propôs a sua realização nos antigos espaços de servidão, submetendo muitos ao comando e à dominação de poucos, esses últimos os senhores dos ‘novos barracões’” (p. 111).

A “apropriação indevida” do discurso libertador de lutadores sociais contra a espoliação da floresta, como Chico Mendes, ou mesmo de “heróis” da

“revolução” acriana, como o Coronel José Plácido de Castro, manteve-os circunscritos “a uma estrutura de poder que recorre aos seus feitos como forma de legitimar ações que são, na forma e essência, a negação da luta originária” (p. 172). Por isso, como demonstra o autor na segunda parte do livro (dedicada à análise da nova “arquitetura do poder” construída nos oitos anos de governo estadual do PT, de 1999 a 2007), a incorporação “das vozes que ecoaram das florestas acrianas não significou”, absolutamente, “a continuidade e muito menos a ampliação dos processos de luta pela afirmação e existência de milhares de índios e seringueiros no Acre” (p. 201). Ao contrário, significou um “desvio” na trajetória das lutas sociais na região (p. 306).

Ora, essa capacidade de reatar os laços entre passado e presente, sob o ponto de vista dos “de baixo”, quer dizer, dos “vencidos” da História, em oposição às tentativas de apaziguá-lo na figura de heróis conquistadores, é um dos pontos altos do livro. Conceder voz autônoma aos povos da floresta, além de desatar seus vínculos com um discurso que não lhes pertence, é uma forma de entrever as “verdades escondidas pelo verniz da história oficial” (p. 22), desvelando, assim, as potencialidades socioculturais inscritas na resistência dessas populações à ameaça constante de “destruição física e cultural” (p. 38). Pois a história do Acre, desde pelo menos os tempos de embates em torno do território entre Brasil e Bolívia, “é uma história construída a partir dos restos de pólvora, do sangue e das lágrimas de bolivianos e brasileiros que tomaram no combate de uma guerra movida por ideais aos quais esses homens estavam alheios” (p. 89).

Visualizada sob a perspectiva dos seringueiros pobres e/ou dos índios, “não há um passado de glória a ser comemorado”, tal como se viu nas comemorações dos 100 anos da “revolução acriana”, em 2003, “pelo menos no que se refere a uma significativa melhora nas suas condições materiais de existência, já que essas continuam praticamente as mesmas”. Quando muito, “a dependência do patrão ou do dono do barracão foi substituída por políticas assistencialistas que quase sempre lhe cobram a obediência de quem ‘come pela mão do outro’, sejam esses governos instituídos ou patrões. O preço a ser pago é quase sempre o mesmo. A troca da liberdade pela simples existência” (p. 117).

Conforme se pode visualizar na terceira parte do livro (aquela na qual a verve literária da escrita do autor se revela mais nitidamente), a floresta e os povos que nela vivem comungam uma lógica e uma temporalidade próprias, que não podem ser reduzidas à lógica e à temporalidade de uma “razão civilizatória” baseada na busca pelo lucro e na mensuração da natureza (p. 337-338). Em sua escuridão que resiste à luz do “progresso” civilizatório (capitalista-moderno), esses povos da floresta carregam consigo “alternativas de sociabilidade” – fundadas em “relações mais equilibradas do homem com

a natureza” (p. 50) – que ainda hoje podem servir como inspiração das lutas contra o avanço da destruição das comunidades tradicionais e da espoliação capitalista do meio ambiente. Desse processo permanente de resistência, emerge uma cultura de resistência cujos valores éticos estão na contramão do ímpeto violento do processo de expansão ampliada do capitalismo, tal como demonstrou Rosa de Luxemburgo em seu pouco conhecido texto *Introdução à economia política*. Nas palavras de Nilton da Silva, “a grande obra que nos foi legada pelos povos das florestas se compõe de uma rica e complexa engenharia política e uma invejável capacidade de resistência” (p. 65).

O “ecologismo prático”, manifestado pelos povos da floresta, é irreduzível às tentativas de enquadrá-lo no discurso eleitoral em defesa do “desenvolvimento sustentável”. Ele se funda na própria prática social desses povos, em sua relação específica com a natureza. Por isso, está na origem de um imaginário que “não cabe nos projetos que buscam reviver uma trajetória de luta como forma de legitimar uma hegemonia política” (p. 169). Para Nilton Euclides da Silva, a defesa da floresta é irreduzível à lógica burocrático-institucional das estruturas governamentais.

Pode-se questionar, aqui, se, em sua recusa radical da lógica política institucional (perfeitamente legítima, sobretudo quando posta à prova de um governo “progressista”, como o da Frente Popular liderada pelo PT), Nilton da Silva não acaba, ao mesmo tempo, por rejeitar toda luta política em si, como se essa necessariamente levasse à capitulação em face das estruturas vigentes. Segundo o autor, com a emergência do governo petista, “a inauguração de um novo tempo nas relações que se deram no interior da história desses brasileiros que vivem na Amazônia foi frustrada pela politização dos movimentos e a apropriação indevida dos discursos em defesa das florestas e da vida de seringueiros e índios” (p. 375). De fato, quando incorporada por um discurso cuja finalidade é angariar hegemonia político-eleitoral, em detrimento das lutas sociais concretas contra a espoliação cotidiana, tal “politização” significa uma nítida limitação do campo de atuação e das perspectivas desses movimentos. Todavia, em seu processo de resistência à exploração dos homens e da natureza, tais lutas sociais põem em marcha outra forma de conceber a política, não como esfera separada das relações sociais cotidianas, mas, sim, como manifestação coletiva em busca de uma “utopia concreta” projetada para o futuro.

Em todo caso, a empreitada do autor se justifica quando colocada à luz da sua pretensão mais ampla: desmistificar a “apropriação indevida” dos povos da floresta realizada pelo projeto de poder do governo estadual petista, a fim de liberar o potencial inscrito na experiência histórica desses povos. Na tese VI *Sobre o conceito de história*, Walter Benjamin delineou com precisão o risco a que está sujeita toda a “tradição dos oprimidos”, ou seja, daqueles que,

ontem e hoje, resistem a um progresso que não lhes diz respeito: “O perigo ameaça tanto o conteúdo da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante”. Para fazer frente a isso, “em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugar-la [...]. O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer”³. Do ponto de vista dos povos da floresta, é exatamente isso o que faz Nilton, buscando “arrancar a tradição do conformismo” (no caso, do projeto de poder) que dela busca se apoderar.

NOTAS

¹ Doutorando em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Unicamp. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Contato do autor: fabiomascaro@yahoo.com.br.

² Como revela o autor, umas das consequências do avanço da pecuária no estado “foram a ampliação dos movimentos sociais, sindicatos, grupos de defesa e famílias seringueiras” (p. 208).

³ BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o conceito de História”. In: LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 65.